



Coleção Fórum
JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA
DE DIREITO PROCESSUAL

FRANCESCO CONTE

Apresentação
Luiz Fux

Prefácio
Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

A GÊNESE ILÓGICA DA SENTENÇA CIVIL

INTUIÇÃO, SENTIMENTO E EMOÇÃO
NO ATO DE JULGAR

1

“Francesco Conte, de forma original e ousada, dissecou o ‘mito da neutralidade axiológica do juiz’ e evidenciou o modo pelo qual elementos como (i) a intuição, (ii) os sentimentos internos, (iii) a emoção, (iv) a ideologia, (v) o padrão de recrutamento profissional, (vi) a trajetória de vida e até mesmo (vii) o sentimento da sociedade podem influenciar o processo de construção de decisões judiciais.

Por certo, a densidade acadêmico-intelectual deste livro é uma marca que impressionará o leitor. É que Francesco não se contenta em apenas apresentar evidências empíricas sobre o psiquismo (consciente e inconsciente) do juiz ou refletir, por meio de abordagem instrumental e interdisciplinar, a respeito dos impactos que essas constatações trazem para a teoria e a prática do Direito. Se essas já seriam *per se* contribuições valiosas, adiante: o autor vai além.”

Luiz Fux

“Não conheço, na literatura jurídica mundial, um autor que tenha abordado o tema, de forma interdisciplinar, com a profundidade e a completude que Conte imprimiu à sua obra, recheada de opulentas notas bibliográficas de praticamente todos os autores que examinaram algum aspecto da arte de julgar.

O autor conseguiu esmiuçar o momento tão difícil e apaixonante no qual o juiz forma o seu convencimento e julga a causa.

Para tanto, a pena do jurista Francesco Conte percorre um caminho inusitado, ao examinar o que se passa na mente do juiz no ato de julgar em sentido estrito, com as influências e conformações inerentes à sua própria dimensão humana.”

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

Área específica

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Áreas afins

PSICOLOGIA, PSICANÁLISE, FILOSOFIA,
SOCIOLOGIA, POLÍTICA

Público-alvo/consumidores

MAGISTRADOS, MEMBROS DO MINISTÉRIO
PÚBLICO E DAS DEFENSORIAS PÚBLICAS,
ADVOGADOS E ESTUDANTES, NOTADAMENTE
EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO

FORMATO: 17 x 24 cm

CÓDIGO: 10001692

C761g

Conte, Francesco

A gênese ilógica da sentença civil: intuição, sentimento e emoção no ato de julgar / Francesco Conte.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

670p.; 17cm x 24cm

Coleção Fórum José Carlos Barbosa Moreira de Direito Processual, v. 1.

ISBN: 978-85-450-0739-5

1. Direito Processual Civil. 2. Psicologia. 3. Psicanálise. I. Título.

CDD 341.4

CDU 347.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CONTE, Francesco. *A gênese ilógica da sentença civil: intuição, sentimento e emoção no ato de julgar*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 670p. (Coleção Fórum José Carlos Barbosa Moreira de Direito Processual, v. 1.). ISBN 978-85-450-0739-5.

FRANCESCO CONTE

Graduado pela Faculdade de Direito da UERJ (1980). Mestre e Doutor em Direito Processual pela UERJ. Ex-Procurador-Geral do Estado do Rio de Janeiro. Advogado no Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
Luiz Fux.....	15
PREFÁCIO	
Paulo Cezar Pinheiro Carneiro	17
NOTA DO AUTOR.....	19
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
O SUBSTRATO TEÓRICO DO TEMA	29
1.1 Intuicionismo: a intuição como base do processo cognitivo	29
1.1.1 A intuição emocional (fundamental de duração) de Bergson	42
1.1.2 A intuição mística de Spinoza.....	56
1.1.3 A intuição volitiva de Dilthey	69
1.1.4 A intuição fenomenológica (intelectual) de Husserl.....	75
1.2 Sentimentalismo construtivo de Jesse Prinz	84
1.2.1 Os sentimentos são a base para os juízos de valor.....	89
1.2.2 Os sentimentos criam a moral no espaço-tempo.....	102
1.3 Emotivismo	107
CAPÍTULO 2	
SEGUE O SUBSTRATO TEÓRICO DO TEMA.....	123
2.1 Racionalismo jurídico.....	123
2.1.1 Considerações introdutórias	123
2.1.2 A perda de prestígio da teoria do silogismo judicial: atividade dedutiva ou de subsunção na aplicação da norma ao fato	133
2.1.3 O problema da (ir)racionalidade do juízo na Teoria da Decisão Judicial.....	139
2.2 Determinadas correntes teóricas sobre a decisão judicial.....	146
2.2.1 Realismo e pragmatismo jurídicos	154
2.2.2 A teoria estruturante da norma jurídica de Friedrich Müller	178
CAPÍTULO 3	
INTERDISCIPLINARIDADE: A NOVA FRONTEIRA DO DIREITO.....	183
3.1 Interdisciplinaridade e cultura.....	183
3.2 A regra de ouro da interdisciplinaridade e o fenômeno jurídico	191
3.3 A revolta contra o formalismo jurídico.....	214
3.4 A visão instrumental do processo	236
CAPÍTULO 4	
INTUIÇÃO COMO MÉTODO IDÔNEO NO DIREITO	249
4.1 Percepção, inconsciência e consciência.....	249
4.2 Intuição: o olfato do coração.....	274
4.3 O nosso conceito (sincrético) de intuição	279
4.4 A intuição e o direito: uma nova forma de caminhar	288
CAPÍTULO 5	
EMOÇÃO E SENTIMENTO.....	299
5.1 Emoção e sentimento: variações sobre o mesmo tema?	299
5.2 A superação do duelo epistemológico entre razão e emoção/sentimento do juiz	311

5.3	A extrema sensibilidade do juiz às angústias dos litigantes e a inteligência espiritual.....	323
5.4	Equidade: caminho para o interior profundo e sentimento íntimo de justiça	347
CAPÍTULO 6		
	COMO SE FORMA A DECISÃO JUDICIAL?.....	363
6.1	A irrefreável ingerência do psiquismo do juiz na conformação do <i>decisum</i>	363
6.2	A intuição na determinação da hipótese de julgamento.....	374
6.3	Sentença e sentimento: expressões do sentir do juiz.....	379
6.4	A importância da emoção no ato de julgar	395
6.5	Juízo e silogismo: natureza inventiva e irracional versus caráter demonstrativo e racional	405
6.6	A problemática da formação da deliberação no julgamento colegiado	433
CAPÍTULO 7		
	A CONCEPÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA COMO UMA INSTÂNCIA POLÍTICA	441
7.1	O mito da neutralidade axiológica do juiz.....	441
7.2	O problema da independência do juiz à luz de sua responsabilidade social.....	449
7.3	A certeza do Direito e o papel político do juiz: ideologias e sua (inexorável) influência sobre a psique humana.....	459
7.4	Sobre o recrutamento e o desenvolvimento (funcional e pessoal) dos juízes: o papel das escolas de magistratura	486
CAPÍTULO 8		
	EXAME DO PROBLEMA AO ÂNGULO DA IMPARCIALIDADE DO JUIZ	501
8.1	A garantia fundamental da imparcialidade do juiz no âmbito do processo justo	501
8.2	O contraditório como direito de influir na formação intelectual da convicção do juiz e o seu sentimento.....	513
8.3	A regra técnica da livre convicção motivada	521
8.4	O juiz pode ser indiferente ao “sentimento da sociedade”?	535
CAPÍTULO 9		
	ESTADO CONSTITUCIONAL E DEMOCRÁTICO DE DIREITO: DEVER DE JUSTIFICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE “RACIONALIZAÇÃO” DA FORMAÇÃO DA SENTENÇA	545
9.1	Contexto de descoberta da decisão e contexto de justificação ou controle	545
9.2	A motivação jurídica como passaporte entre a gênese irracional do <i>decisum</i> e sua dimensão de racionalidade e de controlabilidade, endo e extraprocessual	561
9.3	A motivação jurídica da sentença como ferramenta de controle sobre a imparcialidade do juiz.....	584
9.4	A racionalidade argumentativa da motivação como inestimável fator de legitimação da função jurisdicional	588
	CONCLUSÃO	599
	REFERÊNCIAS.....	603